

TRANSCRIÇÃO TEMACAST #70 – OS DRAGÕES DO MAR

Participantes:

Francisco Seixas

Jorge Virgílio

Francisco Seixas

00:24

[ABERTURA]

Muito bem meus amigos, está começando mais um Temacast e hoje vamos falar de duas figuras pouco conhecidas, mas que fizeram história no Brasil, os heróis da plebe, Francisco José do Nascimento, líder abolicionista cearense, e João Cândido Felisberto, líder da Revolta da Chibata. O que eles têm em comum vocês vão saber nesse episódio... Eu sou Francisco Seixas e para me ajudar a falar sobre eles e outras “cozitas” está aqui comigo o Jorge Virgílio

Jorge Virgílio: Olá Francisco, olá ouvintes. Vamos lá falar desses heróis do povo, tão pouco conhecidos e tão pouco estudados, mas que fizeram muito pela gente.

Francisco Seixas: E não se esqueça que o Temacast **não** chega até você com o apoio dos **comerciantes de Fortaleza** ou **pelo patrocínio da Marinha do Brasil**, mas sim através da doação de ouvintes que todo mês contribuem para a realização do programa. Se você quer fazer parte do nosso time de mecenas e ajudar o Temacast a crescer, entre em nosso site temacast.com.br e descubra mais. Você também pode entrar diretamente em um desses links: patreon.com/temacast ou em apoia.se/temacast.

Dado o recado, o episódio começa agora, boralá!

[INTRODUÇÃO]

Sociedade Cearense Libertadora

O fortalecimento da “causa abolicionista” no Brasil, na segunda metade do século XIX, foi fruto das mudanças que ocorreram no Império nessa época. A partir de 1850, as províncias brasileiras passaram por transformações sociais, políticas e econômicas decorrentes da urbanização de suas capitais. Essa urbanização exigia um complexo quadro administrativo e burocrático de onde emergiram novas forças sociais, para além do esquema senhor e escravo, casa grande e senzala. Surgia uma elite intelectual composta de letrados e profissionais liberais, dentre eles funcionários públicos, advogados, professores, médicos, farmacêuticos, advogados e engenheiros. No caso da Província do Ceará, de quem trataremos mais especificamente nesta parte do episódio, foram criadas na capital, Fortaleza, nessa época a Santa Casa de Misericórdia (em 1861), a primeira Biblioteca Pública cearense (em 1867), filiais do Instituto Histórico e Geográfico e da Academia Francesa, e algumas agremiações literárias, que culminariam por sua vez, em 1894, na criação da Academia Cearense de Letras, a mais antiga academia de letras do Brasil,

criada três anos antes da Academia Brasileira de Letras. Também em fins do séc. XIX foi instalada na província a estrada de ferro Fortaleza-Baturité (em 1873) e implementado o primeiro plano urbanístico de Fortaleza, realizado pelo engenheiro e arquiteto pernambucano, João Adolpho Herbster (em 1875).

E com o rápido crescimento das cidades houve um aumento considerável da população urbana, cujos valores eram muito diferentes daqueles da população rural. Além disso, o meio urbano era um espaço propício à difusão de novas ideias. A forte concentração de pessoas e o desenvolvimento dos meios de comunicação, como jornais e folhetins, e dos meios de transporte, como estradas de ferro e navios a vapor, favoreciam a transmissão de notícias por longas distâncias bem como também o debate, estimulando a formação de uma opinião pública forte e muitas vezes contrária ao poder hegemônico local. Nos centros urbanos brasileiros, o principal tema debatido era o regime de trabalho escravocrata, e entre as classes letradas, observava-se uma enorme adesão à causa abolicionista. Através da imprensa, aqueles que simpatizavam com o fim do elemento servil procuravam levantar fundos que seriam destinados à libertação dos cativos.

Dessa forma, surgiram nas terras cearenses vários grupos abolicionistas. Entretanto, as ideias defendidas por esses grupos só começaram a ganhar força a partir do final da década de 1870, quando o escravismo cearense entra em crise. A primeira crise foi devido a uma grande seca, ocorrida entre 1877 e 1879, que impactou enormemente o plantio do algodão em toda região Nordeste. A seca de 1877 foi tão terrível que 20% da população cearense sucumbiu de fome ou vitimada por doenças. Num período de apenas dois anos, o número de habitantes da província passou de 900 mil para 712 mil habitantes, segundo os relatórios oficiais do governo. De acordo com o jornalista fortalezense João Brígido dos Santos, natural de São João da Barra (norte do Estado do Rio), mas, criado nos sertões cearenses, havia no Ceará cerca de 32 mil escravos nesse período. A maioria deles se ocupava de trabalhos domésticos em consequência da destruição das lavouras.

Devido a péssima situação financeira dos latifundiários locais, o tráfico de escravos para o sul do país se intensificou nessa época. Só para os ouvintes entenderem: após a promulgação da lei Eusébio de Queirós, em 1850, (lei que baniu de vez o comércio de escravos vindos de fora do Brasil), a expansão da produção cafeeira no centro-sul do país dependia essencialmente da aquisição de escravos oriundos da região nordeste. Assim, a venda de escravos para as províncias sulistas acabou se tornando uma das principais fontes de renda das elites nortistas (já que a agricultura na região estava em declínio e o comércio de escravos era muito lucrativo). Entretanto, esse comércio interprovincial sofre um revés em 1880, causando a segunda grande crise do escravismo cearense. Nesse ano de 1880 as Províncias do Rio de Janeiro e de Minas Gerais aprovaram leis que dificultavam a compra de escravos em outras partes do Brasil, elevando os impostos sobre os cativos adquiridos em outras regiões. No ano seguinte, em 1881, a Província de São Paulo também passou a adotar medidas similares, e com isso a demanda de escravos no comércio interprovincial se reduziu bruscamente, tornando os escravos cearenses um ativo de pouco valor e de difícil manutenção. Como a força de trabalho na

Província do Ceará baseava-se muito pouco no trabalho escravo, as ideias abolicionistas começaram então a ganhar força por lá, mesmo entre as pessoas ilustres da região.

Jorge Virgílio

7:33

Em 1879, no último ano da grande seca, havia surgido em Fortaleza uma pequena organização abolicionista chamada “Perseverança e Porvir”. Essa associação foi fundada por um grupo de jovens de boa condição financeira, quase todos ligados ao comércio fortalezense: José do Amaral, Manuel Albano Filho, Alfredo Salgado, entre outros. O grupo se comportava como outras associações similares no restante do Brasil: promoviam muito alarde pela cidade, faziam infundáveis reuniões sem muitos objetivos práticos e recolhiam doações para a compra de cartas de alforria. Por serem oriundos de boas famílias e até parentes de grandes senhores de terra, o discurso do **Perseverança e Porvir** apelava mais ao “espírito filantrópico e humanitário da sociedade cearense” do que a uma rebelião aberta contra os senhores de escravo.

Esses jovens intelectuais abolicionistas, denominados de “mocidade cearense,” tinham concepções bem próximas das do político e intelectual pernambucano, Joaquim Nabuco, e entendiam que a escravidão era um mal que deveria ser superado. A escravidão seria um empecilho ao desenvolvimento do Brasil como uma sociedade inserida dentro dos padrões europeus de civilização. Esses intelectuais tinham como referências leituras científicas e evolucionistas, como também defendiam ideais liberais, como o livre comércio e o liberalismo econômico. Pensavam que o Estado brasileiro deveria intervir na organização do mercado de mão-de-obra, de forma que o fim imediato do regime de trabalho escravo viria acompanhado de uma instrução educacional que formasse o ex-escravo nos novos valores e comportamentos correspondentes ao modo de produção capitalista que estava se instituindo. A mudança do sistema servil ao livre deveria vir acompanhada da garantia de que a organização do trabalho e a hierarquia social não seriam ameaçadas. Qualquer outra forma de comportamento ou reivindicação seria interpretada como ociosidade, vício e crime.

Em 1880, o **Perseverança e Porvir** se transformou na “**Sociedade Cearense Libertadora**”, com o objetivo de tomar uma atitude mais proativa em relação à causa abolicionista. Para demonstrar o engajamento da nova sociedade, em uma das primeiras reuniões, o presidente interino da mesma, João Cordeiro, retirou um punhal da cintura e o cravou na mesa onde estavam debruçados, dizendo que todos que desejassem permanecer na Libertadora Cearense deveriam jurar acabar com a Escravidão por todos os meios necessários, mesmo aqueles que fossem ilícitos.

Alguns membros da associação, como Isaac e José do Amaral, eram notórios mestres em roubar e esconder escravos em suas propriedades no interior do Ceará.

Em 1881, visando promover suas ideias e atrair a opinião pública para a causa abolicionista, a Libertadora Cearense criou um jornal chamado “Libertador”, que se juntou ao coro de jornais abolicionistas locais, tais como “A Constituição”, “Pedro II” e “Gazeta do Norte”. Todos esses jornais atacavam principalmente o periódico “O Cearense”, o principal jornal da província e o principal defensor dos “direitos” da elite escravocrata. O discurso do Libertador, entretanto, era mais radical, pois incitava abertamente o roubo e a fuga de escravos, e outras práticas consideradas “imorais”. Numa réplica d’O Cearense aos abolicionistas, em particular os membros da Sociedade Cearense Libertadora, por exemplo, ele diz que “a natureza não dá saltos [...]. Entre nós a questão magna é a da propriedade, e conseqüentemente a da indenização. Infelizmente no Brasil o escravo é uma propriedade como qualquer outra, e a lei fundamental do Estado protege o direito de propriedade em toda a sua plenitude. Assim, a questão do elemento servil não é de tão fácil solução como se afigura à filantropia. Não será mais prudente deixar que a lei de 28 de setembro de 1871 (lei do ventre livre) vá produzindo todos os seus efeitos?” Apesar do jornal, o mais elitizado da Província, reconhecer a escravidão como um mal a ser erradicado, os redatores d’O Cearense deixavam claro que o direito à propriedade dos latifundiários era mais importante que qualquer tipo de sentimento humanitário para com os trabalhadores escravizados. Além disso, é sintomática a defesa do jornal de que a tarefa nº1 do Estado brasileiro era assegurar que esses senhores de escravos não seriam lesados de qualquer forma com o fim da escravidão.

Em 1882, dissidentes da Sociedade Cearense Libertadora, contrários às ideias radicais do grupo, criam uma nova sociedade: o Centro Abolicionista. O Centro Abolicionista visava promover o fim da escravidão “sem perturbação de ordem moral ou econômica no seio da família ou da sociedade”. O grupo era liderado por Guilherme Studart, o futuro Barão de Studart, notório personagem e homem público do Ceará, que contava na época com apenas 26 anos. Essas duas “vertentes”, digamos assim, do movimento abolicionista cearense passariam daí em diante a rivalizar entre si. Os primeiros se apresentando como os verdadeiros revolucionários abolicionistas e os segundos se apresentando como uma espécie de abolicionistas legalistas.

Francisco Seixas

13:54

Uma coisa que deve ser comentada é que a maioria das pomposas reuniões abolicionistas que ocorriam nesse período não só em Fortaleza mas em todo o Brasil visavam principalmente a promoção social daqueles que a realizavam. Promover esses eventos era uma forma de ostentar-se entre membros ilustres da sociedade brasileira, principalmente junto a família imperial e a estrangeiros que residiam no país, e que consideravam o regime escravocrata como “incivilizado”. Via de regra, os negros nem tomavam parte nessas reuniões. Pois bem, dado o contexto da época, vamos falar sobre o primeiro personagem deste episódio que é o **Francisco José do Nascimento...**

Jorge Virgilio
14:50

Pois é, Francisco, as campanhas abolicionistas brasileiras eram, em sua grande maioria, “para inglês ver” (aliás, no caso do Barão de Studart, literalmente, visto que o pai dele era um diplomata britânico estabelecido no Ceará). Entretanto, a mensagem abolicionista acabou chegando assim mesmo às camadas mais populares, formada em sua maioria absoluta por mestiços (e embora não exista raças e, portanto não exista mestiçagem na humanidade, entenda que nos referimos a mestiço no seu sentido histórico). Em particular, a mensagem abolicionista chegou a uma classe muito importante para sociedade de Fortaleza do século XIX: os jangadeiros. E embora não fosse jangadeiro por profissão, como comumente se pensa (apesar de conhecer bem o ofício), o maior líder desses jangadeiros foi o prático da Capitania dos Portos de Fortaleza, Francisco José do Nascimento.

Ele nasceu em 15 de abril de 1839, na praia de Canoa Quebrada, na cidade de Aracati, no litoral cearense. Filho do jangadeiro Manoel do Nascimento e de Matilde Maria da Conceição, Francisco perdeu o pai bem cedo, quando este se aventurou num seringal do Amazonas atraído pela promessa de riquezas. O avô, também jangadeiro, veio a falecer no mar ainda na sua primeira infância. Sem condições de criar os filhos, a mãe de Francisco se viu obrigada a dar a criança de oito anos de idade para a família do comendador português José Raimundo de Carvalho. Acabou apelidado pela nova família de “Chico da Matilde”, e com esse nome acabaria ficando conhecido em todo o território nacional, principalmente através das reportagens de José do Patrocínio, publicadas na Corte.

Ainda criança, o Chico da Matilde serviu de garoto de recados no veleiro Tubarão, que transportava mercadorias entre Natal, Recife e Fortaleza. Sem poder frequentar a escola, aprendeu a ler com muita dificuldade nos próprios navios em que trabalhou. Em 1859, trabalhou nas obras do porto de Fortaleza, mas logo voltou a se aventurar no mar, embarcando num vapor que fazia a linha Maranhão-Ceará. Foi nesse período que presenciou durante suas constantes viagens pelo litoral do Nordeste cenas de barbarismo de todo o tipo contra homens e mulheres negros. Já sabendo ler e escrever, Chico sentia que o drama daquele amontoado de infelizes era, de alguma forma, de sua responsabilidade. Apesar de ser um homem livre, ele era um mulato. E a realidade dos mulatos livres do Ceará diferia muito pouco da realidade dos escravos propriamente ditos. Em Fortaleza, onde Chico passou a morar, havia faixas especiais para escravos e “pessoas de cor” nas praças. Até na igreja, ricos e brancos tinham lugares reservados. A “gente de bem” se sentava em cadeiras pagas e numeradas, e as igrejas eram divididas por “castas”: igrejas para brancos, para mestiços, para escravos, etc. E pelo contato travado por Chico com marinheiros de outros países que já haviam abolido a escravidão, este contribuía para fazer crescer nele a indignação contra os maus-tratos a que eram submetidos os marinheiros brasileiros - em sua maioria negros, fossem livres ou escravos.

Segundo o seu principal biógrafo, Edmar Morel, foi também nesse ano de 1859 que o Chico da Matilde conheceu, em umas de suas muitas viagens a São Luís do Maranhão, um personagem que marcaria profundamente a sua atuação política nos anos futuros: ninguém menos que o negro Luiz Aracatí, um dos sobreviventes do caso conhecido como o “motim do Laura Segunda”. Esse motim foi um caso notório de rebelião escrava no século XIX, que causou o pânico entre os “homens de bem” nos primórdios do Império do Brasil. Por ter trabalhado no porto de Fortaleza e ter contato com marinheiros mais velhos, é provável que Chico já tivesse ouvido falar do motim no Laura Segunda antes de conhecer Luiz Aracatí. Para seu biógrafo, Edmar Morel, entretanto, o fascínio produzido pela impressionante história do motim, ainda mais narrada por um de seus participantes, “teve grande influência na sua formação moral.” Principalmente porque Luiz Aracatí, como seu nome deixa explícito, era oriundo da cidade natal de Chico. E, por coincidência, o motim se deu em 1839, o seu ano de nascimento. Pode ser que todas essas coincidências tenham contribuído para que o “navegante negro” (um dos nomes pelos quais Francisco José do Nascimento é conhecido) viesse a tomar a luta contra aquelas injustiças como uma missão pessoal...

Francisco Seixas

19:46

O Motim do Laura Segunda

A gente está falando de motim, motim, motim... mas, hoje em dia ninguém se lembra mais dele... Vamos tentar então dar um panorama geral para os ouvintes do que foi esse tal Motim do Laura Segunda.

No dia 12 de junho de 1839, quando o jovem Chico da Matilde tinha apenas alguns meses de idade e por pouco não sufocou até a morte com uma espinha de peixe entalada no pescoço, uma embarcação abandonada foi avistada no litoral cearense, na praia do Iguape, no município de Aquiraz, por pessoas que iam pescar marisco na região. Na praia, alguns vestígios haviam sido deixados pelos tripulantes, que aparentemente haviam partido em fuga. Assustados, os pescadores foram imediatamente comunicar os fatos ao inspetor do quartirão, um tal de Antônio José de Souza. Poucas horas depois, um morador do local de nome Alexandre Gomes veio até o inspetor comunicar “que pela sua casa passaram 14 homens pardos, um branco, e um preto ferido de uma facada, os quais todos lhes pareciam embarcações.” O inspetor resolveu então ir a bordo do tal navio, com duas jangadas e acompanhado por oito homens armados para fazer as devidas averiguações. A bordo da embarcação, o inspetor encontrou, nas suas próprias palavras, “o convés sujo de sangue, e uma guia de varias mercadorias carregadas por Sharp Stanley & Comp.” No dia seguinte, o juiz de paz de Aquiraz, Francisco José Amora, ficou ciente dos acontecimentos e também foi ao local para investigar o caso, mas não pôde ir a bordo, pois o navio após ser saqueado pela população, tinha ido a pique. Não havia notícias do capitão e nem da tripulação. Apenas o relato de alguns homens que havia atravessado a propriedade do Sr. Gomes.

Naquele mesmo dia, porém, as autoridades policiais da vila de Cascavel foram informadas, por um oficial do correio, que um grupo de negros armados estava

à procura da Estrada de São Bernardo de Russas e que se escondiam por trás de um mato alto, nas proximidades da vila, na Estrada Real do Aracatí, num local conhecido como Cajueiro do Ministro. Seguindo as informações recebidas, o inspetor e alguns de seus homens foram para o local. Ao chegarem, notaram manchas de sangue no chão e uma cova, onde encontraram um negro enterrado. Seguindo o rastro de sangue, não demoraram muito para localizar o grupo, que os recebeu “à bala”. Entretanto, a força policial comandada por Joaquim José Pereira, o tenente coronel da Guarda Nacional do Cascavel, que estava em maior número, conseguiu neutralizar as ações do bando e prendê-lo. Ao todo foram presos 23 marinheiros negros. Transferidos de Aquiraz para Fortaleza, confessaram a realização de um motim e o assassinato do restante da tripulação do briguescuna **Laura Segunda**. Nos dias que se seguiram, a notícia desses “horrorosos crimes” cometidos pelos negros rebelados percorreram todo o país, espalhando o pânico.

E vale lembrar que quando o **Laura Segunda** partiu de São Luís, no dia primeiro de maio de 1839, ele deixou para trás uma província imersa nos conflitos da Balaiada, que junto com a Cabanagem, foram as mais importantes e violentas revoltas do período regencial. Portanto, é bem possível que as pessoas a bordo, em especial os escravos, não estivessem imunes aos ventos revolucionários do conflito liderado por negros maranhenses, visto que a tripulação do **Laura Segunda** passou quase dois meses em terra, antes da viagem que resultaria no motim. Após sair da capital maranhense no dia 09 de junho, a embarcação deu entrada no porto de Fortaleza e, no dia seguinte, partiu para Pernambuco. Quando na altura do porto do Arapassu, por volta das 09 horas da noite, parte da tripulação liderada pelo escravo do armador do **Laura Segunda**, o negro Constantino, insurgiu-se, assassinando o capitão Francisco Ferreira da Silva, o prático Felipe, dois marujos brancos e um outro não identificado, além de um passageiro, Luiz Feliciano Prates, um negro alforriado, que estava se mudando do Pará para a Corte, no Rio de Janeiro.

Das causas desse motim, foram apontadas pelo jornalista João Brígido dos Santos, segundo ele, quando o navio chegou a Fortaleza, Constantino, acompanhado de alguns companheiros foi “a presença do capitão queixar-se do mal, que passavam, e mostrar-lhe o pouco comer, que lhes distribuíam”. O capitão não deu ouvidos às reclamações e ainda os advertiu dizendo que “o que eles mereciam era muito açoitado” e que por reclamações parecidas “o contra-mestre tinha dado com uma colher a cara do marujo Hilário.” Assim, o desejo de vingança contra os maus-tratos, a falta de comida e a violência com que eram tratados acabaram sendo o combustível dessa conspiração que teve como apoio Antônio Angola, Bento Angola, o marujo Hilário (o mesmo que havia levado umas bordoadas do contramestre) e o João Mina.

Formulado o plano de ação, logo decidiram colocá-lo em prática, a fim de se tornarem os “senhores” da embarcação. A estratégia foi esperar a substituição do marujo Bernardo por José Mina, no leme, e esperar até o capitão e a maioria dos passageiros irem dormir. Antes de deflagrarem o motim, os rebelados roubaram do marujo Maia uma garrafa de cachaça e aí depois, devidamente “espiritualizados” partiram para o combate, cada um ali incumbido

de uma tarefa. Hilário, por exemplo, “teve ordem de ir tomar a faca ao marinheiro Bernardo”, enquanto “Constantino e João Mina atacaram o capitão em seu camarote. O capitão já havia levado sete facadas quando conseguiu escapar e se refugiar no leme. Cercado, o capitão se atirou no mar e desapareceu na escuridão da noite, ele acabou falecendo. Quanto a Luiz Cabo Verde, este ficou encarregado do contramestre o qual matou arrebrandando-lhe a cabeça com uma estaca de madeira. O Cabo Verde também foi o responsável pela morte do prático Felipe, que também foi assassinado na base das cacetadas e cujo corpo, com o auxílio de Hilário, foi atirado ao mar. Já Antônio Angola também matou um marujo a paulada e Hilário deu cabo do marujo Maia. Quanto ao negro Benedicto, foi dele a missão de matar, também a paulada, o passageiro Feliciano, que era esse negro alforriado que estava indo para o Rio de Janeiro.

É interessante perceber que as armas utilizadas pelos amotinados, facas e peças de reparos ou partes do navio, instrumentos de trabalho do seu dia a dia, foi o preferido pra fazer o motim. Por isso, a estratégia utilizada, o elemento surpresa, foi fundamental para o sucesso da empreitada, mesmo não dispondo de armas mais poderosas. O capitão e seus comandados não tiveram tempo de reagir, muito menos de se equipar e organizar a repressão aos amotinados, tão fulminante foi o ataque. Isolados e pegos de surpresa, eles acabaram sendo uma presa fácil.

Após o término da [entre aspas] “dança”, que era como eles chamavam o processo desse caso do motim no *Laura Segunda*, os amotinados chamavam estes eventos de “durante a dança”. Então após o término da “dança” os sublevados foram comer e beber do que melhor tinha no navio e na manhã seguinte, dividiram os despojos da vitória: dinheiro e as joias encontrados no **Laura Segunda**. Toda a cena de violência registrada na embarcação teve diferentes reações dos sobreviventes. Alguns não participaram da “dança”, entre eles: Antônio, o cozinheiro do navio (não há registros de sua participação ao lado dos insurgentes, mas ele acabou saindo ferido da embarcação); os passageiros, Agostinho, Manoel, Damazo e Luiz Aracati; e os menores Elias e Philippe. O único sobrevivente branco foi o marujo português Bernardo, poupado graças à interseção do próprio Constantino, que era o líder, para que ele guiasse a embarcação, atitude que se mostraria um erro para as pretensões dos amotinados, pois o depoimento de Bernardo foi essencial para a condenação dos negros rebelados. Então eles deixaram o cara vivo, mas ele acabou sendo o testemunho mais forte, pela condenação deles.

Os acusados tiveram como advogado de defesa o padre José Ferreira Lima Sucupira, um dos cearenses que participaram da Confederação do Equador, em 1824. O Padre Sucupira, por sua presença na rebelião, havia sido condenado à morte, e só não teve o mesmo destino dos demais “mártires” da Confederação, porque a sua família, que possuía bastante influência na Corte, havia implorado o perdão diretamente ao imperador D. Pedro I. (entenda, ele era rico e, portanto não foi punido). Após o perdão imperial lhe ser concedido, porque ele era rico, Sucupira dedicou-se à advocacia. Em 1835, foi nomeado promotor público de Fortaleza, além de exercer atividade política, chegando a ser deputado provincial. O padre Sucupira, que anteriormente tinha

experimentado o terror de ser condenado à morte, por ter-se rebelado contra o governo do Rio de Janeiro, estava agora na defesa dos negros do Laura Segunda, homens que também ousaram se rebelar, não por autonomia política ou contra impostos, mas contra a fome, o cativo e toda sorte de violência. Mas isso, no entanto, não parece ter influenciado em nada a atuação do padre. Os indícios comprovam que ele somente “assistiu” ao julgamento, aceitando plenamente as sentenças impostas, sem tentar advogar contra elas. Isso causou espanto, né Francisco, até do próprio João Antônio de Miranda, o presidente da Província do Ceará na época, mesmo sendo presidente da Província, ele chegou a bater de frente com a decisão do juiz municipal, porque ele percebeu que havia uma série de equívocos (ou imperícias) cometidos durante o julgamento. Mas como estamos no Brasil a gente sabe que você é punido muito mais pelo valor da sua conta bancária do que qualquer outra coisa.

Depois dos interrogatórios, as autoridades tomaram conhecimento dos fatos e levaram a julgamento nove acusados, entre tripulantes e passageiros. Foram eles: Antônio Angola, Benedicto, Bento Angola, Constantino, Hilário, João Mina, José Mina, Luiz Aracati e Luiz Cabo-Verde. Diante do tribunal, os acusados ao serem interrogados confessaram novamente o crime e, em sua defesa, os amotinados alegavam a fome. Buscavam mostrar que agiram daquela forma porque não tiveram alternativa. Essa era uma situação bem conhecida pelos trabalhadores marítimos, mesmo para aqueles que eram livres, onde as experiências de trabalho nos navios eram marcadas por altos níveis de disciplina e coerção física, que, de certa forma, apresentavam semelhanças ao mundo do cativo, entrelaçando assim, de uma forma complexa as relações entre escravidão e liberdade no ambiente marítimo. Quer dizer, mesmo aqueles negros que eram livres, e às vezes até mesmo os brancos pobres que trabalhavam nos navios, eles eram tratados da mesma forma que os escravos nas fazendas e etc. Havia uma verdadeira escravidão a bordo desses navios.

Para Antônio Angola, Benedicto, Bento Angola, Constantino, Hilário e João Mina foi decretado o grau máximo do artigo 192 do Código Criminal de 1830, isto é, a pena de morte por crime de homicídio qualificado. Para as autoridades, os seis seriam os “cabeças do motim”, e os principais responsáveis pelas mortes no Laura Segunda. Quanto Luiz Cabo-Verde, foi condenado a um grau médio do mesmo artigo, isto é, a prisão perpétua, por ser cúmplice nos crimes, ficando destinado a cumprir sua pena na ilha-prisão de Fernando de Noronha. Era comum que os presos do Ceará fossem enviados para Fernando de Noronha visto que as cadeias do Ceará não apresentavam segurança necessária para mantê-los, principalmente pelo péssimo estado de conservação em que se encontravam. A pena de menor tempo a ser cumprida, mas que ainda assim foi a que mais dividiu opiniões em Fortaleza, foi aquela imposta ao já mencionado Luiz Aracati, que também foi condenado no artigo 192 do Código Criminal, só que num grau mínimo, com a pena reduzida pelo artigo 60, devido a sua condição de escravo. Sua pena foi de [entre aspas] “apenas” 450 açoites, em dias alternados para prolongar o sofrimento, e também, além dessa pena de 450 açoites em dias alternados ele teve a obrigação de andar preso a ferros pelos seis anos seguintes. Então ele

continuou lá como escravo, fazendo as suas tarefas só que ele estava amarrado, estava aferroado nas pernas e nas mãos, por seis anos. A condenação de Luiz Aracati é no mínimo intrigante, pois nenhum dos relatos apresentados ao júri mencionavam a sua participação no motim. Muito menos a sentença fez menção por qual crime ele estaria sendo punido. Contra Luiz Aracati, havia apenas a suspeita de que ele serviu como guia dos fugitivos, quando eles chegaram em terra visto que eles rumaram por uma grande distância até a Estrada Real do Aracati. O único negro absolvido pelo tribunal foi José Mina, que era “o preto do Leme”, e ele foi absolvido principalmente devido a suas habilidades náuticas, que permitiam que ele comandasse o leme de um navio, e havia ali um interesse dos comerciantes britânicos que estavam em Fortaleza em contratá-lo. Então os comerciantes britânicos conversaram com o juiz e o juiz entendeu que o José Mina não teve participação nenhuma nesses crimes e qualquer coisa que tenha acontecido ele foi por mero acidente. E ele acabou sendo solto por causa disso, e foi o único que não foi punido. No dia 22 de outubro de 1839, os negros condenados à morte pelo motim do Laura Segunda foram enforcados em Fortaleza, na antiga Praça dos Mártires (que pra quem é de Fortaleza é o atual Passeio Público da cidade), e os corpos ficaram ali expostos como exemplo. Que é o modus operandi do Brasil. Você mata e depois deixa os corpos ali pro pessoal refletir a respeito.

Francisco Seixas

34:16

A Greve dos Jangadeiros de 1881

Bom, enfim, agora que a gente já sabe o que foi esse tal de motim que inspirou o jovem Chico da Matilde, o que foi que ele fez depois de saber de toda essa história em primeira mão da boca do próprio Luiz Aracati?

Bom, em 1874, Chico da Matilde foi nomeado para o cargo de segundo prático na Capitania dos Portos de Fortaleza. Três anos depois, contribuiu para o trabalho de socorro às vítimas da grande seca de 1877, aquela que a gente já mencionou e que acabou dizimando quase um quarto da população cearense. Nessa época, Chico conheceu o João Cordeiro, que como também já mencionamos foi o presidente da Sociedade Cearense Libertadora. Então atraído pelos discursos antiescravagistas e republicanistas de Cordeiro, Chico aderiu à tal da Libertadora. Com a sua ajuda, os membros mais audaciosos do grupo promoviam roubo de escravos durante a noite, que eram transportados de jangada para lugares seguros. Essas ações tinham a dupla função de libertar mais escravos e acabar tirando a moral da polícia e dos coronéis. Quando um tal coronel Antônio Pereira de Brito Paiva, do Partido Liberal, teve alguns de seus escravos levados durante a noite, ele não perdeu tempo e acusou de furto, quem? O prático Chico da Matilde e outros membros da Libertadora, como por exemplo o Joaquim Teles Marrocos, Xavier de Castro e Isaac Amaral.

E aí o que aconteceu? O caso foi parar nos tribunais e acabou dividindo a opinião pública de Fortaleza. O já citado jornalista João Brígido, conhecido por sua escrita panfletária, como bom colaborador que era do jornal O Cearense,

advogava em favor de quem? Do coronel 'né'?. Enquanto, claro, os jornais abolicionistas defendiam a inocência dos membros da Libertadora. O julgamento foi realizado na antiga Câmara Municipal, na atual Rua Floriano Peixoto. As sessões contavam com a presença de quase toda a cidade e viraram motivo de piada e zombaria. Isso porque Isaac Amaral, que era proprietário de várias carroças, ordenou aos seus funcionários que enchessem essas carroças com latas vazias. No horário das audiências, as carroças de Isaac davam voltas no quarteirão fazendo um barulho ensurdecedor, que acabava atrapalhando o falatório dentro da Câmara. O juiz que presidia a sessão era conhecido de Isaac e era favorável à causa abolicionista, e, portanto acabava adiando as sessões logo que tinha uma chance. Depois de várias tentativas frustradas de prosseguir com o inquérito, o coronel, esse escravagista simplesmente jogou a toalha e acabou desistindo de processar o cara.

Jorge Virgílio

36:59

Francisco, só um comentário, esse tal de Isaac Amaral ele deve ser antepassado de Didi Mocó né?

Francisco Seixas

37:06

Provavelmente, a gente não tem provas, mas a gente vai inferir que sim. Bom...

Como o principal porto de Fortaleza nessa época, localizado na Praia do Peixe (que hoje é a atual Praia de Iracema), era muito precário naquela época, e a única forma de embarcar e desembarcar pessoas e mercadorias nos navios ancorados no litoral era através de jangadas e canoas. E a principal mercadoria transportada pelos jangadeiros de Fortaleza em 1881 era o quê? Eram os escravos destinados à região Sudeste... Então, diante desse fato, a Sociedade Cearense Libertadora, tendo a frente entre os dirigentes José do Amaral e Pedro Arthur de Vasconcelos, acabou arquitetando um plano de convencer os trabalhadores do porto a não mais realizar o transporte de escravos. Entre esses trabalhadores, que eram a linha de frente da rebelião, dois deles aderiram imediatamente à ideia: o negro alforriado José Luís Napoleão, chefe de capatazia da casa comercial Bóris Frères, e claro, o prático Chico da Matilde, que eram as figuras mais respeitadas e influentes entre os jangadeiros locais.

Aliás, apenas um parênteses aqui sobre o José Luís Napoleão, ele foi uma figura essencial para a organização dos jangadeiros em 1881, e era até mais popular que o Francisco José do Nascimento, o Chico da Matilde. No entanto, historicamente ele acabou eclipsado pelo colega, pois a elite letrada cearense "elegeu", por assim dizer, o Chico da Matilde como o grande herói do movimento abolicionista cearense. Principalmente, pelo fato de Francisco ser mais instruído e de ter a pele mais clara. E mais, José Napoleão havia sido um escravo de ganho que comprou a sua alforria e de suas 4 irmãs com as suas próprias economias enquanto Chico da Matilde, apesar de mulato, sempre ter

sido livre. Então, é importante frisar que para os eventos de 1881 a importância de Napoleão é tão grande quanto a de Francisco do Nascimento.

Mas, continuando aqui... Em 27 de janeiro de 1881, os jangadeiros de Fortaleza anunciaram que não transportariam mais escravos para o vapor "Pará", que era o navio que estava ali ancorado. A notícia logo se espalhou pela cidade e uma multidão se reuniu na Praia do Peixe. Segundo o jornal Libertador, teriam se reunido ali cerca de 1500 pessoas de todas as classes sociais. A cena era inusitada: um grupo de jangadeiros pobres e mestiços desafiando as autoridades e ricos comerciantes, em sua maioria, brancos, em rebelião aberta. Segundo a tradição fortalezense, um grito irrompeu do meio da multidão e virou coro entre os presentes, que era o seguinte: "No porto do Ceará não se embarcam mais escravos!" Os escravocratas, sob vaias e ofensas dos populares, tentaram de tudo para reverter a situação: desde ameaças até dinheiro. Por fim, acabaram chamando a polícia, mas esta não podia fazer nada pois não tinham como obrigar homens livres a trabalhar. Enfim, os comerciantes de escravo se retiraram derrotados, e houve uma festança em Fortaleza que se estendeu pelo restante do dia ante o êxito dessa greve na região.

Três dias depois, em 31 de janeiro de 1881, um novo vapor, desta vez o "Espírito Santo", chega a Fortaleza com o objetivo de transportar escravos para o sudeste. Ao todo os comerciantes locais pretendiam embarcar 38 escravos. Os jangadeiros, entretanto, novamente se recusam a fazer este transporte. A multidão reunida para essa nova greve já ultrapassava três mil pessoas que aplaudiam os jangadeiros ao tempo que xingavam os escravocratas. Mais uma vez, os comerciantes de escravo foram frustrados nos seus planos e tiveram de se retirar. Motivados pelos sucessos recentes, a Sociedade Cearense Libertadora decidiu ir além, e naquela mesma noite ateou fogo no prédio onde os cativos eram mantidos e os ajudaram a fugir de Fortaleza com a ajuda dos jangadeiros.

Com esses atos, o regime escravocrata estava praticamente extinto no Ceará e tornou-se um movimento de massa. Comerciantes de escravo eram atacados nas ruas e suas casas eram depredadas. Nas semanas seguintes, a maioria daqueles que ainda possuíam escravos decidiram se antecipar e dar a eles a carta de alforria. Os jornais anti-abolicionistas acusavam o presidente da província do Ceará, Pádua Fleury, e o seu chefe de polícia de serem lenientes com os abolicionistas. Então o governo imperial irritado, que nessa época era comandado pelo Partido Liberal, decide nomear como presidente do Ceará o senador baiano, Leão Veloso. E ao assumir o governo da província, Leão Veloso nomeia para chefe de polícia, um tal de Torquato Mendez Viana.

Em 30 de agosto de 1881, os negociantes de escravos interessados em enviar escravos para o Pará, que era a única província do norte do país onde a demanda por escravos ainda era intensa, convencem o novo chefe de polícia a reabrir o porto de Fortaleza. Com uma força-tarefa de 210 homens armados (formada de guardas civis, policiais e soldados), Torquato Viana vai até a Praia do Peixe e ameaça os jangadeiros liderados por Chico da Matilde dizendo que "ou os escravos embarcam ou correrá sangue!" A resposta dos jangadeiros,

diante de uma plateia agora de seis mil pessoas, foi simplesmente “Pois então, corra sangue!” Aproveitando a algazarra dos populares que repetiam o coro de que no Ceará não se embarcam mais escravos, membros da Libertadora Cearense aproveitaram para raptar duas escravas com um coche (que é algo tipo uma charrete) bem diante dos olhos do chefe da polícia. Esse coche partiu em disparada para os subúrbios de Fortaleza sob forte aplausos dos presentes. Torquato Viana, enfurecido e completamente desmoralizado, ainda organizou uma busca, mas não teve sucesso. Ao governo, pressionado pelos comerciantes, restou apenas se vingar, demitindo Chico da Matilde da Capitania dos Portos e outros servidores públicos ligados a greve.

Jorge Virgílio

43:20

Pois é, Francisco. Mas de toda maneira, o movimento abolicionista no Ceará tornou-se irreversível. Tornaram-se diárias as fugas a partir daí. E muitos escravos chegaram mesmo a entrar na justiça (sem sucesso) alegando que tinham o direito de ser livres. A solução encontrada pela Assembleia Provincial do Ceará, que era controlada, evidentemente, pelos latifundiários, para remediar a situação foi aprovar leis que lhes permitiam usar o tesouro da província para comprar a alforria de seus próprios escravos pelo mais elevado preço possível, permitindo assim que seus antigos senhores não sofressem maiores prejuízos. Que ideia maravilhosa! Um tipo de auto indenização que contribuiu para afundar de vez a economia da província, já combalida pela crise econômica causada pela seca e pela falta de trabalhadores que substituíssem a mão de obra escrava. Os senhores de escravos mais poderosos, inclusive, passaram a comprar os escravos de pequenos agricultores por preços bem baixos apenas para alforria-los em seguida, a preços exorbitantes, através das grandes somas destinadas para esse fim pelo governo provincial. Era o verdadeiro, Francisco, salve-se quem puder! Então resumindo, virou um negócio você comprar escravos de pequenos proprietários e depois você usando a sua influência na assembleia, fazer com que o governo comprasse de você esses escravos por um preço assustadoramente alto.

Francisco Seixas

44:46

Pois é, isso tem um cheirinho de hoje em dia né? Tantas coisas parecidas com isso também.

Jorge Virgílio

Pois é né? A gente vê que o Brasil de hoje em dia veio do Brasil de antigamente.

Francisco Seixas

Exatamente, por isso que a gente sempre fala, você quer entender o que acontece agora, conheça a tua história passada para você, inclusive, saber como é que vai ser a tua história futura. Sua, que a gente quer dizer, é a história do país que você mora.

Jorge Virgílio

Pois é, cara... É bizarro que a gente não aprendeu nada desde então, espero que a gente aprenda agora aí com o Temacast e consiga seguir adiante.

Francisco Seixas

Exato!

Jorge Virgílio

Bom, em 1882, a cidade ficou em festa para receber a visita do jornalista carioca, José do Patrocínio. O “Marechal Negro” ou “Tigre da Abolição”, que era como Patrocínio era batizado pelos abolicionistas, era a maior figura do movimento a nível nacional, então o pessoal ficou bastante empolgado com a visita dele. Na sua chegada a Fortaleza, os jangadeiros, tendo à frente Chico da Matilde, abriram as velas, num espetáculo que, segundo Patrocínio, o emocionou enormemente. Ele permaneceu três meses em Fortaleza e organizou um programa sistemático de libertação de escravos concentrado em áreas geográficas da região: alforriar os escravos de ruas, depois de determinados bairros, em seguida de vilas inteiras, até que isso atingisse toda a província.

Patrocínio participou também junto com Sociedade Cearense Libertadora da cerimônia de instalação da Sociedade das Senhoras Libertadoras: que era uma agremiação feminina da causa abolicionista presidida por Maria Tomásia, da qual a primeira esposa de Chico da Matilde, Joaquina Francisca do Nascimento, também foi membro. Segundo os jornais da época, durante essa reunião, José do Patrocínio, que era um defensor radical da abolição imediata e incondicional da escravidão, teria colocado em dúvida a lealdade do Centro Abolicionista, que era aquele Centro controlado pelo Barão de Studart, como citei anteriormente. Após o discurso inflamado do jornalista da Corte, esse Barão de Studart, que era líder do Centro Abolicionista, ele pediu a palavra, desabafou a sua revolta e atirou sobre a mesa 29 cartas de alforria que trazia consigo para solenizar a cerimônia, ele disse indignado, ao Patrocínio, que era dessa forma que o Centro Abolicionista respondia a insultos.

Francisco Seixas

46:54

Pois então, em 1º de janeiro de 1883, Patrocínio retorna a Fortaleza e participa da solenidade que torna a pequena vila de Acarape, nos arredores de Fortaleza, a primeira vila do Ceará e do Brasil a libertar todos os seus escravos. Por esse motivo, a vila foi rebatizada com o nome de Redenção. Foi nessa visita que José do Patrocínio deu ao Ceará a alcunha de “Terra da Luz”, pelo protagonismo na abolição derradeira da escravatura. Várias outras vilas cearenses, como Aracoiaba, Itapajé e Pacatuba, também libertaram seus escravos neste mesmo ano. Em 24 de maio de 1883, Fortaleza se torna a primeira capital brasileira a alforriar completamente os seus escravos. A partir

daí, com exceção do jornal O Cearense, que continuava a bater na tecla do “direito à propriedade dos homens de bem”, praticamente já não havia resistência contra a abolição no Ceará. Em 19 de outubro de 1883, a Assembleia Provincial do Ceará desferiria o golpe final, elevando os impostos sobre a posse de escravos a cem mil réis, que era uma quantia superior ao valor comercial do escravo (essa última medida também foi uma forma de obrigar os pequenos proprietários a vender seus escravos para os grandes senhores de escravos, que depois os alforriavam sem prejuízo via os fundos provinciais, como a gente acabou de falar, como o Jorge acabou de explicar).

No ano seguinte, em 24 de março de 1884, José do Patrocínio veio novamente a Fortaleza - esse cara podia ter se mudado logo pra Fortaleza! Esse cara ia pra caramba pra lá!

Jorge Virgílio

Exatamente! Ele gostava tanto que poderia ter sido nomeado cidadão honorário de Fortaleza.

Francisco Seixas

Exato, mas ele volta em 24 de março de 1884 para participar da sessão solene no plenário da Assembleia Provincial Cearense em que o Ceará declararia extinta a escravatura na província. No dia seguinte, em 25 de março de 1884, em meio a um grande festejo com fogos de artifício e tiros de canhão na Praça Castro Carreira (ou Praça da Estação), o então presidente da província, Sátiro de Oliveira Dias, encerrou seu discurso aos presentes anunciando que o Ceará não possuía mais escravos. A data não foi, assim, escolhida por acaso: era a data de aniversário de 60 anos da Constituição Imperial e o dia da Anunciação da Virgem Maria.

Quanto ao Francisco José do Nascimento, que foi feito símbolo do movimento abolicionista cearense, após o fim oficial da escravidão na Província do Ceará ele foi trazido no vapor Espírito Santo, que foi aquele mesmo vapor que seria usado para transportar escravos para o sudeste caso não tivesse ocorrido a intervenção dos jangadeiros, então ele veio nesse vapor chamado de Espírito Santo, para a Corte, na cidade do Rio de Janeiro, levando consigo a jangada que ele próprio havia utilizado na greve, batizada de “Jangada Libertadora” ou simplesmente “Liberdade”. Essa embarcação foi doada ao Museu Nacional, mas infelizmente veio a desaparecer do seu acervo após o golpe republicano em 1889 devido a leniência de autoridades militares que consideravam uma afronta uma instituição do governo manter um símbolo de luta e agitação, contrária à ordem do Estado. O jornalista catarinense Raimundo Caruso, conta original versão nas páginas do seu livro “Aventuras dos Jangadeiros do Nordeste”, que diz o seguinte:

“A jangada Liberdade, de Francisco José do Nascimento, era a clássica, feita de troncos. Símbolo de uma resistência popular vitoriosa no Ceará, foi levada à Capital do Império a bordo de um navio mercante e, mesmo viajando no porão, inaugura a rota das futuras aventuras dos jangadeiros nordestinos em direção

ao Sul. A embarcação foi exibida nas ruas do Rio de Janeiro, sob os aplausos da multidão, e pouco depois é doada ao Museu Nacional, onde foi recebida como valiosa peça etnográfica (...). Em seguida a jangada foi transferida para o Museu da Marinha (...), de onde, queimada, feita em pedaços ou desmontada, desapareceu”.

Jorge Virgílio

Francisco, deixa só eu fazer um comentário, ele diz que a vinda da jangada Liberdade pro Rio, inaugurou a rota pros jangadeiros do Ceará, que passaram a vir pro Rio de Janeiro de jangada. E realmente houve mais de uma ocasião em que os jangadeiros cearenses vieram pro Rio de jangada, cruzando todo o litoral do nordeste até o Rio, o que é um feito extremamente perigoso fazer isso, muita gente já morreu tentando fazer isso. E isso começou porque surgiu um boato na época de que o Francisco do Nascimento teria vindo para o Rio na jangada, só que ele não tinha vindo na jangada, ele tinha vindo dentro do navio Espírito Santo e a jangada veio dentro do navio, mas acabou o boato se espalhando de que ele tinha feito isso na jangada e depois as pessoas passaram a fazer isso de jangada mesmo.

Francisco Seixas

Sim, isso me lembra daquele ditado que diz assim: “bom, não sabendo que era impossível, fui lá e fiz”.

Jorge Virgílio

Exatamente!

Francisco Seixas

Bom, mas olha só, o famoso desenhista italiano, um tal de Ângelo Agostini, que era o principal ilustrador do Rio de Janeiro nessa época, e que registrou e homenageou o fato na capa da Revista Ilustrada, com uma litogravura com ilustração alegórica do Chico da Matilde, com a seguinte legenda: “À testa dos jangadeiros cearenses, Nascimento impede o tráfico dos escravos da província do Ceará vendidos para o sul.” Depois de o navio ter ancorado nas águas da Guanabara, o Chico da Matilde, agora a bordo da jangada, e em meio ao delírio da população que o aguardava, chegou finalmente ao cais do porto do Rio, na companhia de outros dois jangadeiros, que o acompanharam desde Fortaleza, que era o Francisco de Alcântara e o José Félix Pereira. O trio foi levado então para um desfile pelas ruas da Corte, onde receberam homenagens da multidão. Na homenagem que recebeu no Politeama Fluminense, que era um dos principais teatros do Rio naquela época, Chico da Matilde recebeu um novo apelido da população carioca: o Navegante Negro, o Dragão do Mar. Do Rio, Francisco escreveu à mulher dele dizendo o seguinte: “[...] seu velho está tonto com tanta festa e cumprimentos de tanta gente importante.” E entre essa gente importante, incluía-se, evidentemente, a própria família imperial. Quatro anos depois, em 13 de maio de 1888, a princesa regente, D. Isabel de Bragança e Orleans, assinaria a Lei Áurea que

poria fim à escravidão em todo território nacional - bom, ao menos oficialmente, não é Jorge?

Jorge Virgílio
53:30

É isso mesmo, Francisco.

E, no ano seguinte, em 1889, por ordem do Imperador D. Pedro II, Francisco do Nascimento foi reconduzido ao cargo de prático da Capitania dos Portos em Fortaleza (isso, inclusive, foi um dos últimos atos do Pedro II como Imperador do Brasil). E em 1890, já no regime republicano, Francisco recebeu a patente de Major-Ajudante de Ordem do Secretário Geral do Comando Superior da Guarda Nacional do Estado do Ceará. Que título enorme! Mas o tempo passou, as velhas oligarquias se apossaram da República, o fantasma de um possível retorno da monarquia foi afastado e a saga do Dragão do Mar começou a ser esquecida pela população, que acabou ali sendo influenciada pelas teorias raciais científicas importadas da “civilizada” Europa. Decepcionado, longe do seu grande amigo, o agora senador João Cordeiro, Nascimento conheceu o menosprezo dos próprios abolicionistas dos quais havia sido aliado. Ou seja, aquela juventude branca rebelde agora estava no governo, agora era gente importante e agora acabou esquecendo lá do pobre mulato jangadeiro. A coisa foi a tal ponto que o Barão de Studart, que a gente citou anteriormente, ele escreveu um famoso dicionário, que se chama Dicionário Bibliográfico, e ali ele registrou a vida de grandes personalidades do Ceará, mas nesse dicionário ele sequer menciona a existência do praieiro que simbolizou a luta pela abolição da escravatura naquele Estado. Ou seja, o Studart, ele simplesmente varreu o Francisco do Nascimento da história do Ceará. Segundo Edmar Morel, que escreveu o livro O Dragão do Mar, que é a biografia do Francisco Nascimento, “um homem da plebe, num país onde ninguém leva a sério o esforço próprio, não pode ter história. Ademais, o jangadeiro Francisco José do Nascimento era de cor e sem instrução. Mulato ignorante e pobre, o seu nome não mereceu sequer figurar nos índices biográficos”.

Um dia após a Proclamação da República, em 16 de novembro de 1889, o auto empossado Presidente do Brasil, o nosso queridíssimo Marechal Deodoro da Fonseca, publicou, no Rio de Janeiro, o Decreto Federal Nº 3, que dizia o seguinte: “Fica abolido na Armada o castigo corporal.” No entanto, no ano seguinte, em 1890, o governo, que ficou ali arrependido desse seu rompante de cidadania, voltou atrás e corrigiu esse erro, criando as chamadas “Companhias Correccionais” que eram destinadas à disciplina dos “praças de má conduta”. Evidentemente, que isso não se aplicava aos oficiais da Armada. Para piorar, as tais Companhias Correccionais instituídas pelo oficialato da Marinha e que tinham o poder ali de indicar a punição de até 25 chibatadas baseavam-se num decreto-lei que nunca foi publicado no Diário Oficial da União! Em outras palavras, restituiu-se à revelia da lei os castigos corporais aos praças da Armada (que em sua maioria absoluta eram negros, ex-escravos ou filhos de ex-escravos). Já em 1893, na canhoneira Marajó, um contingente já tinha se rebelado contra o excesso de castigos físicos, exigindo a troca do comandante que abusava da chibata e outros suplícios. Só que essa revolta na

canhoneira Marajó, ela não exigiu o fim da chibata, ela exigiu apenas a troca do comandante do navio, considerado muito cruel.

O Francisco José do Nascimento, ele faleceu na capital cearense, poucas semanas antes de completar 75 anos, em cinco de março de 1914. O seu nome é hoje dado a um centro de cultura e a uma rádio de Fortaleza. Além disso, há uma escola pública estadual cujo nome também homenageia o Chico da Matilde, localizada no bairro do Mucuripe, que é a Escola de Ensino Médio Dragão do Mar, que foi fundada em 1955, com o objetivo de alfabetizar os filhos de pescadores que moravam naquela região. Um tradicional grupo de estudos libertário com sede no Ceará também recebe o título de Dragão do Mar em sua homenagem. Em 23 de agosto de 2013, a Petrobras, por meio de sua subsidiária Transpetro, lançou ao mar um navio petroleiro construído em Pernambuco batizado de Dragão do Mar, em sua homenagem.

O Dragão do Mar ressurgue

57:47

Francisco Seixas

A escravidão enquanto instituição formal podia ter acabado, mas as situações degradantes a que eram submetidos os marinheiros no Brasil, e que Francisco José do Nascimento havia testemunhado na sua época de marujo, permaneciam as mesmas duas décadas depois da promulgação da Lei Áurea e do decreto de Deodoro da Fonseca. E não só no mar, mas no campo e nas cidades, milhares e milhares de negros, descendentes de homens e mulheres sequestrados das terras africanas e que haviam servido de força de trabalho para o Brasil por quase quatro séculos, viviam agora à margem da sociedade, em condições tão ruins ou até piores do que àquelas que viviam seus antepassados escravizados. Tinham liberdade, mas nenhum meio de exercê-la. Sua cidadania existia apenas como formalidade jurídica.

Assim sofriam. Sofriam com a fome, com a arbitrariedade da justiça e com a violência policial. Apinhados onde e como dava, sofriam com a falta de saneamento e teto, sob os olhos vigilantes da República da “ordem e progresso”. Mas, sofriam principalmente com a ignorância: a sua própria, em relação às ciências formais; e com a dos letrados, em relação a sua existência. Eram pessoas invisíveis, aprisionadas por correntes invisíveis, vivendo em suas cidades invisíveis, cercadas por muros também invisíveis.

Mas, naqueles primeiros anos do século XX, uma lenda percorria as ruas do Rio de Janeiro. Vinha dos sussurros e dos tambores dos marinheiros da Gamboa e do Largo da Prainha, e ecoava através de becos e avenidas, esparramando-se nos botequins da Lapa. Pela Avenida Central, chegava o alarido à praça da Cinelândia e ao Senado. Pela Avenida Beira-Mar, seguia como um gemido até o Palácio do Catete. Pela Primeiro de Março, fazia estremecer também o Morro do Castelo e a Câmara dos Deputados. Por vielas que entrelaçavam a cidade velha com a nova, alcançava os Morros da Conceição, da Favela e de São Carlos. Era um fio de Esperança que dizia que o Dragão do Mar ressurgiria nas águas da Guanabara, na figura de um bravo

guerreiro, e que ele restituiria a “Liberdade” que uma vez trouxera à capital do Brasil e que fora roubada do povo brasileiro...

[Música]

01:00:00

Jorge Virgilio

João Cândido

Pois é, Francisco.

E o Dragão do Mar realmente reapareceu na Guanabara, só que dessa vez, vindo não das terras do norte, mas do sul, e seu nome era João Felisberto Cândido, nosso segundo personagem de hoje.

01:00:44

Francisco Seixas

João Cândido nasceu em 24 de junho de 1880, na então Província do Rio Grande do Sul, no atual município de Encruzilhada do Sul, na fazenda Coxilha Bonita, no vilarejo Dom Feliciano. Era filho de dois escravos, João Felisberto e Inácia Cândido Felisberto, mas nasceu livre, sob a proteção da Lei do Ventre Livre, criada em 1871 pelo Visconde do Rio Branco, que era do Partido Conservador. Em uma entrevista que deu para a Gazeta de Notícias em 31 de dezembro de 1912, João Cândido afirmou ter sido soldado do senador Pinheiro Machado, na Revolução Federalista, em 1893, portanto antes de entrar para a escola de aprendizes do Arsenal de Guerra de Porto Alegre.

Mas, fora o depoimento do próprio João não há outra fonte que confirme essa história. Ele teria entre 10 e 11 anos na época. Seja como for, o que se sabe é que em 1894, então com treze anos, João apresentou-se na Companhia de Artífices Militares e Menores Aprendizes no Arsenal de Guerra de Porto Alegre com uma recomendação de atenção especial do capitão-de-fragata gaúcho Alexandrino de Alencar, um dos líderes da Revolta da Armada, com quem havia feito amizade ao mostrar grande interesse pelas histórias do marinheiro. Em 1895, conseguiu a transferência para a Escola de Aprendizes de Marinheiro de Porto Alegre, e, em dezembro do mesmo ano, veio para a capital da recém-instalada República, a cidade do Rio de Janeiro, e se alistou na Marinha do Brasil.

E olha só, gente, nessa época, devido às péssimas condições de vida nos navios, a maioria dos marinheiros era recrutada à força pela polícia. Normalmente, eram homens negros pobres presos por roubo, por portar instrumentos musicais considerados subversivos como o pandeiro e participar de rodas de samba, ou por frequentar casas de candomblé ou umbanda, ou mais comumente, por crime de “vadiagem” - ou seja, por ser pego na rua e não ter trabalho fixo. No entanto, João Cândido destacou-se por ter se voluntariado para o serviço de marinheiro, ingressando na Marinha como grumete (ou seja, aprendiz de marinheiro) em 10 de dezembro de 1895.

01:02:56

Jorge Virgílio

Francisco, só um comentário sobre o que você falou: é interessante que todo Estado que é totalitário, e o Brasil, em grande parte, sempre teve um Estado que tende ao totalitário, quando ele quer perseguir um grupo, e, digamos assim, ele não é um Estado totalitário declarado, ele não pode simplesmente chegar e dizer “vou prender essa pessoa porque ela é negra”, mas você pode criar tantos mecanismos, você pode enquadrar tão bem aquele indivíduo que você consegue prender aquele grupo que você quer atacar, sem precisar dizer que você está se referindo àquele grupo. Então, se você sabe que a maior parte da população de ex-escravos não tem emprego fixo. Se você pode prender uma pessoa simplesmente porque ela está andando na rua e não tem emprego fixo, você já está, de certa forma, selecionando os negros ao fazer isso. Se você ainda inclui candomblé, umbanda, tudo que está ligado à cultura negra nisso, então basicamente você está prendendo as pessoas por serem negras.

01:03:48

Francisco Seixas

É... Seria mais fácil se dissesse assim: nós vamos prender os negros.

01:03:51

É... É uma forma de você fazer isso indiretamente, né? É porque o Brasil é um Estado totalitário que não se assume, né? Pelo menos historicamente nunca se assumiu. E só um último comentário sobre isso pra não estender muito, essa perseguição, se você cercar os negros por todo lado, né, isso é uma coisa que já vinha desde o império, porque era uma forma de você, por exemplo, pegar alguém que já foi alforriado e trazer de volta pra escravidão. Pra dar um exemplo disso, o Brasil foi o primeiro país do mundo a criminalizar a maconha. O Brasil inventou a criminalização da maconha. A primeira cidade do mundo a proibir a maconha foi a cidade do Rio de Janeiro. Foi uma lei municipal do Rio de Janeiro que pela primeira vez tornou a maconha ilegal. E depois o Brasil tornou a maconha ilegal e o Brasil convenceu o mundo a tornar a maconha ilegal. E a maconha foi tornada ilegal porque era o cigarro que os escravos usavam, porque era muito mais barato pra eles plantar ali um pezinho de maconha e fazer um cigarro. Cigarro de maconha era inclusive conhecido como cigarro de preto. Então, quer dizer, você pegava um cara alforriado, que estava fumando maconha, você ia lá, prendia o cara e transformava ele em escravo de novo. E com isso você não burlou a lei.

01:04:58

Francisco Seixas

Pois é... Então vamos voltar aqui pro João Cândido.

Nos 15 anos que serviu a Marinha na ativa, fez uma carreira extensa de viagens pelo Brasil e por vários países do mundo. Nos primeiros anos, o João Cândido, ele estava sendo instruído, então muitas das viagens eram viagens

de instrução. E mais tarde torna-se instrutor de procedimentos de navio de guerra para marinheiros mais novos, para o pessoal que estava chegando. E entre 1908 e 1909, centenas de marinheiros brasileiros são enviados do Rio de Janeiro para o Reino Unido para acompanhar o final da construção de navios de guerra encomendados pelo governo brasileiro. O João Cândido foi um deles. Nessa viagem ele tomou conhecimento do movimento realizado pelos marinheiros russos alguns anos antes, em 1905, reivindicando melhores condições de trabalho e alimentação. Uma revolta que ficou conhecida como a “Revolta do Encouraçado Potemkin”, que inclusive virou filme nas mãos do diretor russo Sergei Eisenstein, em 1925. Essa revolta do encouraçado russo serviria de principal inspiração para os revoltosos brasileiros e que ficou conhecida na nossa história por **A Revolta da Chibata**.

01:06:16

Jorge Virgílio.

Exatamente, Francisco.

Ainda no Reino Unido, os marinheiros que lá estiveram para acompanhar a construção dos novos encouraçados e cruzadores brasileiros, iniciaram ali um movimento conspiratório com vistas a tomar uma atitude mais efetiva no sentido de abolir o uso da chibata na Marinha do Brasil. João Cândido era o marinheiro mais experiente desse grupo e também o de maior trânsito entre marinheiros e oficiais na Marinha do Brasil. Sempre prestativo, desempenhou várias funções nos navios, e por esse motivo era uma das pessoas que melhor conhecia o funcionamento e a capacidade de manobra da esquadra brasileira, talvez melhor do que a maioria dos nossos oficiais. Era muito admirado pelos praças do navio e bem visto pelo oficialato devido à sua disciplina e pelas suas habilidades como timoneiro, tendo sido indicado, por exemplo, para representar o "Deus Netuno" na travessia do encouraçado “Minas Gerais” e do encouraçado “São Paulo” pela linha do Equador. Só explicando aqui: essa era uma tradição dos marinheiros, onde o Almirante do navio pede licença ao “deus dos mares” para cruzar o centro da Terra. Então eles pegam lá um marinheiro, o cara representa o Deus Netuno e o Almirante pede licença quando eles vão cruzar a linha do Equador. O João Cândido também era normalmente convocado para resolver disputas entre marinheiros, que, via de regra, terminavam em combate corporal e navalhadas. Por essas razões, sua escolha como líder do movimento pelos revoltosos foi mais do que natural.

Em 1910, o Ministro da Marinha era ninguém menos que o agora almirante, Alexandrino de Alencar, que é aquele mesmo que havia dado uma carta de recomendação para João Cândido, para que ele fosse aceito lá na escola de Rio Pardo. A primeira tentativa de João Cândido para resolver a questão dos abusivos castigos físicos ela foi pacífica. Através do Almirante Alexandrino de Alencar, ele conseguiu uma audiência com o Presidente do Brasil, que nessa época era o carioca/fluminense Nilo Peçanha, onde apresentou a proposta dos marinheiros. A audiência, entretanto, não deu em nada. Nem o Presidente, nem o Ministro da Marinha tomaram qualquer providência contra os abusos. Esgotadas as tentativas pacíficas, os marinheiros decidiram que iriam fazer uma sublevação, uma revolta pelo fim do uso da chibata em 25 de Novembro

de 1910, logo após a posse do novo Presidente (que seria o também gaúcho, Hermes da Fonseca). Inicialmente o comitê revolucionário dos marinheiros havia pensado em deflagrar a rebelião no dia da posse de Hermes da Fonseca, em 15 de novembro, mas por fim fixaram a data no dia 25.

Entretanto, menos de uma semana após a posse do marechal Hermes da Fonseca, em 21 de Novembro de 1910, um incidente na esquadra fez antecipar a revolta. O marinheiro Marcelino Rodrigues de Menezes introduziu ilegalmente aguardente a bordo do encouraçado Minas Gerais com o objetivo de participar do mercado clandestino de cachaça que havia dentro dos navios. Nos longos períodos que eles passavam no mar, o valor comercial da bebida era bastante elevado, como vocês podem imaginar. Entretanto, esse comércio ilegal nos navios era controlado pelos marinheiros conhecidos como “faixas pretas”, que eram os marinheiros mais velhos, que vinham lá dos tempos do Império, a maioria agora já era cabos, que eram homens assim muito brutais que haviam sido preparados para o trabalho pesado dos antigos navios a vela, e que agora se achavam um pouco deslocados: agora que a Marinha tinha modernizado a sua frota, os navios já tinham uma propulsão mecânica, movida a vapor, etc.

Esses “faixas pretas” não podiam simplesmente impedir Marcelino de participar do comércio de cachaça, pois, caso tentassem fazê-lo, todo o esquema podia ser debelado. Entretanto, podiam “facilitar” para que ele fosse descoberto pelos oficiais. Assim, o cabo Waldemar de Souza, que estava de serviço no dia, ele delatou Marcelino, relatando ao Oficial do Dia que ele havia sido visto com cachaça a bordo. Irritado com a delação, Marcelino foi tirar satisfação com o cabo munido, claro, de uma navalha. Após um combate, Marcelino derrubou o cabo no chão e começou a talhar o rosto dele com a navalha, enquanto a marujada em volta aplaudia o castigo “merecido” do dedo-duro. Aquele pessoal, os famosos pilheiros: ficam só botando pilha lá pra briga ficar pior.

Após serem apartados pelos tenentes, Marcelino foi preso e levado a presença do comandante do navio, que era o Capitão-de-Mar-e-Guerra Batista das Neves. Quando indagado pelo capitão quantas garrafas de cachaça trazia a bordo, Marcelino retrucou que “duas” e revelou o esconderijo dessas duas garrafas. De fato, havia nesse esconderijo duas garrafas de cachaça apenas, no entanto, Marcelino havia trazido duas dúzias, mas ele havia guardado o restante da preciosa carga em outros esconderijos, já prevendo que alguém pudesse denunciar. Pelo embarque ilegal da cachaça e por agredir um superior, o capitão Batista condenou Marcelino a 150 chibatadas. Como Marcelino retrucou chamando o oficial de “ordinário”, ele aumentou a pena para 250 chibatadas. Assim, o Marcelino foi punido com 250 chibatadas, que era 10 vezes mais do que o instituído pelas Companhias Correccionais. As chibatadas em Marcelino não se interromperam nem mesmo depois que ele desmaiou, conforme noticiado pelos jornais da época. E essas chibatadas elas foram aplicadas na presença de toda a tripulação do encouraçado Minas Gerais, que era a nau-capitânia da nova Esquadra Brasileira.

Devido a esse ocorrido e ao fato que o comandante do navio dormiria fora do navio naquela noite, a revolta foi adiantada para a madrugada de 22 de Novembro de 1910. Os marujos tomariam posse das armas enquanto os

oficiais dormiam em seus camarotes. Uma vez no controle da nau-capitânia, tomariam todos os demais navios ancorados na Baía de Guanabara. Contudo, o comandante Batista das Neves ele acabou voltando mais cedo do que eles esperavam, e um dos marinheiros mais descontrolados partiu para cima do oficial de serviço, pois ele não queria que a revolta fosse adiada de novo. O comandante ouviu o barulho, assim como todos os outros oficiais, e todos vieram para o convés. Mesmo aconselhado a se abrigar, o comandante disse que não sairia de bordo do navio, insistindo em tentar fazer os marinheiros obedecerem às suas ordens. Os marinheiros, então, já exaltados, ao verem que o comandante feriu outro marinheiro, começaram a jogar objetos nele, e, por fim, um marinheiro pegou uma arma e atirou à queima-roupa contra a cabeça do comandante. Morrem ali no Minas Gerais, além do comandante, mais dois oficiais e 3 marinheiros, que preferiram não aderir à rebelião.

Durante os combates morreram mais um oficial e um marinheiro no cruzador Bahia, que estava sob responsabilidade do marinheiro Francisco Martins, e um oficial no navio São Paulo, sob responsabilidade do marinheiro Manoel Nascimento. Terminados esses combates, e diante da gravidade da situação, com a morte do comandante e outros oficiais, o João Cândido, que havia participado das reuniões conspiratórias junto com Vitalino José Ferreira, foi apontado pelos demais líderes da revolta como o comandante-em-chefe de toda a esquadra rebelada. Inicialmente essa esquadra rebelada era composta por 6 navios, e depois no sentido de concentrar suas guarnições em menos naves, eles passaram para 4: que eram Minas Gerais, São Paulo, Bahia e Deodoro. Por curiosidade, esses dois encouraçados fabricados na Inglaterra, que são o Minas Gerais e o São Paulo, eles eram os mais potentes navios na sua época. Pouca gente comenta isso, mas eram os dois navios mais potentes e modernos daquele período foram esse São Paulo e Minas Gerais. Segundo relataram as testemunhas da época aos jornais, a revolta iniciou-se com o estrondo dos canhões desses dois encouraçados, e esse canhoneiro durou toda a noite de 22 para 23 de novembro. Na Praça XV, as pessoas fugiram assustadas dos disparos de metralhadora realizados pelos navios revoltosos. Na manhã seguinte, os jornais do Rio de Janeiro noticiavam que duas crianças foram mortas por um projétil que atingiu o antigo morro do Castelo, que existia ali no Centro do Rio

01:13:53

Francisco Seixas

Pô, cara, então assim teve um caso aí de bala perdida. E estava inaugurado no Rio de Janeiro o que a gente conhece hoje por bala perdida, seria isso?

01:14:02

Jorge Virgilio

Não, Francisco, na verdade essa instituição da bala perdida era um pouco mais antiga no Rio de Janeiro: na verdade, quem inaugurou a bala perdida no Rio de Janeiro foi o fundador da Cidade do Rio de Janeiro, o Estácio de Sá, que poucos depois de fundar a cidade levou uma flechada no rosto. Era uma

“flecha perdida”. A bala perdida é uma evolução tecnológica da flechada perdida.

01:14:22

Francisco Seixas

[risos]

Ah, entendi, cara, segue aí adiante.

01:14:24

Jorge Virgilio

Vamos lá. Bom... O João Cândido, ao assumir o comando geral de toda a esquadra revoltada, tratou de controlar o motim, fez cessar as mortes e enviou em seguida radiogramas para a Marinha brasileira, para o Ministério da Marinha e para a Presidência da República, pleiteando a abolição dos castigos corporais. No total, havia 2379 marinheiros rebelados. Por quatro dias, esses 4 navios de guerra apontaram os seus canhões para a Capital Federal, em particular, para o Palácio do Catete, que era sede da Presidência, para o Palácio Monroe, que era sede do Senado, para o Palácio Tiradentes, que era sede da Câmara dos Deputados, e para o Arsenal de Guerra da Marinha, que fica na atual Praça Mauá. Durante esse tempo, João Cândido tirou e trouxe os navios de volta da Baía de Guanabara várias vezes. Esse fato ele causou uma grande impressão na imprensa na época, pois a Marinha do Brasil possuía oficiais ingleses contratados unicamente para essa função, de manobrar os navios na entrada da Baía de Guanabara, porque os oficiais brasileiros eles não se sentiam seguros fazendo esse tipo de manobra com esses navios mais modernos. Por essa razão, a imprensa carioca acabou por apelidar João Cândido de “Almirante Negro”, alcunha que ele acabou ficando conhecido na história do Brasil. Como diriam aí os sambistas, era o Dragão do Mar que havia finalmente retornado a Guanabara!

01:15:45

Francisco Seixas

Exatamente mas, no ultimato dirigido ao Presidente Hermes da Fonseca, os revoltosos declararam: "Nós, marinheiros, cidadãos brasileiros e republicanos, não podemos mais suportar a escravidão na Marinha brasileira". A rebelião terminou no dia 27 de novembro de 1910 com o compromisso do governo federal em acabar com o emprego da chibata na Marinha e de conceder anistia aos revoltosos. Entretanto, no dia seguinte, em 28 de novembro de 1910, o governo promulgou um decreto permitindo a expulsão de marinheiros que representassem risco a Marinha, o que era uma nítida quebra de palavra, uma traição do texto da lei de anistia aprovada no dia 25 pelo Senado Federal, e sancionada pelo presidente Hermes da Fonseca, conforme publicação no Diário Oficial da União em 26 de novembro de 1910, e levando até João Cândido no Minas Gerais pelo capitão Pereira Leite.

Expulsão da Marinha, Prisão e Legado

01:16:39

Pouco tempo depois do decreto que quebrou a anistia, surgiram boatos de que o Exército iria se vingar dos marinheiros pela humilhação que haviam causado ao Marechal Hermes da Fonseca. Então você vê só: Aí já era o exército, já que o Hermes da Fonseca era Marechal, o exército sentiu doído né por causa disso e prometiam aí uma vingança.

Houve então a eclosão de um novo motim entre os fuzileiros navais, ligados à Marinha, no quartel da ilha das Cobras, no centro do Rio de Janeiro, em 9 de Dezembro de 1910. Não tinha ligação com a Revolta da Chibata, exceto que ali na Ilha estavam algumas dezenas de marinheiros participantes da revolta presos apesar de anistiados. A "segunda revolta" não tinha qualquer exigência ou organização, baseava-se apenas nos boatos de uma revanche do Exército.

Durante o dia 10, o motim foi reprimido pelas autoridades do Governo Federal com um bombardeio implacável sobre a Ilha das Cobras, onde havia pouco mais de duas centenas de amotinados ilhados. O motim ainda serviu de justificativa para Hermes da Fonseca obter do Senado a aprovação do estado de sítio no Rio de Janeiro. João Cândido, ainda a bordo do Minas Gerais, chegou a ordenar um tiro de canhão contra os fuzileiros amotinados na Ilha das Cobras para provar, para o governo, a sua lealdade - ou seja: olha eu sou leal a vocês eu estou atirando contra os amotinados. Mas, isso não valeu nada. O governo aproveitou a deixa do motim para vingar-se dos marinheiros rebelados. Vários foram mortos, muitos simplesmente desapareceram e cerca de 2000 foram expulsos. Entre os desaparecidos, a maioria foi levada para trabalho forçado nos seringais do Território do Acre (que hoje é o Estado do Acre). E entre os expulsos da Marinha estava, claro, João Cândido, sob a falsa acusação de ter favorecido os fuzileiros rebeldes, embora não tenha tomado parte dessa segunda rebelião.

01:18:50

João Cândido foi preso em 13 de Dezembro no quartel do exército, e transferido no dia de natal para uma masmorra na cela 5 na Ilha das Cobras, onde 16 de seus 17 companheiros de cela morreram asfixiados. Em abril de 1911, ele foi transferido para o Hospital Nacional dos Alienados, em Engenho de Dentro, Zona Norte do Rio, onde foi internado como louco. Pouco depois recebeu alta e voltou para a Ilha das Cobras, de onde foi solto em 1912, absolvido das acusações juntamente com nove companheiros. O seu defensor foi o rábula Evaristo de Moraes, contratado pela Ordem de Nossa Senhora do Rosário e dos Homens Pretos, uma irmandade que existe no centro do Rio e que desde o Império era mantida por negros alforriados e abolicionistas para defender o direito da população negra livre. Evaristo de Moraes, por curiosidade, declinou o recebimento de seus honorários pela defesa de João Cândido. E para quem não sabe o que é um rábula: Era o cara que exercia advocacia sem ser formado.

Banido da Marinha, João Cândido sofreu grandes privações, vivendo precariamente, trabalhando como estivador e descarregando peixes na Praça XV, no centro do Rio de Janeiro. De acordo com a sua ficha, nos quinze anos em que permaneceu na Marinha, foi castigado em nove ocasiões, preso entre

dois a quatro dias em celas solitárias "a pão e água", além de ter sido duas vezes rebaixado de cabo a marinheiro. A sua ficha registra ainda 10 elogios por bom comportamento nos últimos três meses antes da revolta. Em 1930 foi novamente detido, acusado de subversão. Em 1933, foi convidado e aderiu à Ação Integralista Brasileira, que foi um movimento nacionalista fundado em 1932 pelo escritor Plínio Salgado, chegando a ser o líder do núcleo Integralista da Gamboa, bairro portuário do Rio, habitado em grande parte por marinheiros naquela época. Mais tarde, quando os integralistas caíram na clandestinidade com o Estado Novo de Vargas, acabou sendo novamente perseguido. Anos após a revolta, João Cândido continuava a ser perseguido pela Marinha.

01:21:10

Em 1949, num artigo do Diário de Notícias, o almirante Alencastro Graça escreveu: "João Cândido, indivíduo de poucas prendas e até inócuo, solicitando dinheiro aos oficiais a troco de lavar-lhes a roupa, o que obstava que sofresse, por vezes, castigos corporais pelos vícios de pederastia e alcoolismo e aceitando, posteriormente, coagido, a direção do movimento revolucionário, para assistir impassível ao massacre dos antigos benfeitores, sob o controle dos verdadeiros cabeças." Foram comuns na época as insinuações de que ele seria homossexual. Na época, é bom a gente lembrar disso, a homossexualidade quando não era vista como crime era vista como doença.

Convidado a responder ao ataque público na grande imprensa, João Cândido limitou-se a dizer: "Contestá-lo? Como, se não tenho as letras do Almirante? O galho quebra sempre do lado mais fraco. Há anos que sou espezinhado".

João Cândido foi casado três vezes e teve mais de 10 filhos com quatro mulheres diferentes. Discriminado e perseguido pela Marinha até o final da sua vida, teve que se retirar da Gamboa e recolheu-se no recém-criado município de São João de Meriti, na Baixada Fluminense, região metropolitana do Rio, onde passou a frequentar a Igreja Metodista. Foi casado três vezes: com Marieta, depois com Maria Dolores e por fim com Ana, com quem viveu até a morte. Sua vida conjugal foi marcada por perdas e tragédias. Sua primeira esposa faleceu apenas quatro anos depois do casamento, em 1918. Viúvo casou-se novamente e teve quatro filhos. A segunda mulher suicidou-se ateando fogo na própria roupa em 1928. Dez anos mais tarde, uma filha repetiu o ato da mãe, e também se matou ateando fogo em si mesma.

Então, ou seja: a vida do cara não foi mole néh?

01:23:26

Jorge Virgílio

Antes de continuar, só fazendo um comentário: Você falou da irmandade dos homens pretos. Esta irmandade ela existe ainda aqui no Rio de Janeiro, ela fica ali na rua Uruguaiana, e lá funciona o Museu do Negro, que é mantida por esta irmandade. Esta irmandade, eu não sei se ela foi a primeira do Brasil, mas ela foi uma das primeiras, ela foi criada em 1640 e desde então ela vem se envolvendo com essa causa. Primeiro com a abolição depois com os direitos dos negros no pós abolição e até hoje ela lida com estes temas ligados a comunidades de afrodescendentes não só aqui do Rio mas de todo o Brasil. Como que a gente carece de museus ligados a histórias das pessoas negras

no país então fica aí a dica para quem quiser conhecer - fica bem no centro, do lado da estação de metrô, então é bem acessível "O Museu do Negro". E só a nível de curiosidade ele está nesta rua Uruguaiana porque no passado quando a irmandade foi criada esta era a rua onde terminava a cidade, então eles estavam bem no fundinho da cidade mas hoje em dia eles estão no meio do centro

01:24:26

Em São João de Meriti (só aqui, aproveitar: Alô Meriti, abraço para meus conterrâneos), onde viveu até o fim da vida, João Cândido morava numa rua sem asfalto, água encanada e luz elétrica. Sabedor de seus direitos, o marinheiro lutou como pôde por melhorias no bairro e no município, sendo uma espécie de herói local - Meu avô conheceu João Cândido, assim de ver ele passar pela rua de estar no mesmo boteco e coisas deste tipo. Seu nome era certo nas listas de pedidos de asfalto e saneamento encaminhados à prefeitura. Em entrevista para o Centro de Memória Oral da Baixada Fluminense, sua filha, Zeelândia, relembrou com orgulho que o pai mantinha sua dignidade até nas pequenas coisas. Em uma discussão de João Cândido num supermercado local por causa de um côco estragado, por exemplo, ele reclamou do produto, dizendo que queria o dinheiro de volta. O supermercado negou. João Cândido, com o produto em punho, saiu e disse que iria ao tribunal de pequenas causas e já estava assim andando pela calçada em direção ao centro da cidade para ir ao tribunal quando o gerente mudou de ideia foi lá e deu outro côco para ele. Então, para João Cândido, não bastava ter cidadania no papel, era preciso exercê-la e você exerceria sua cidadania nestas coisas - Não deixando aquele um centavo para o mercado - por menor que fosse a coisa você deveria brigar por ela.

01:25:53

Apesar de ter sido expulso da Marinha, continuou a se considerar um marinheiro até o fim. Em 1953, quando poderoso navio Minas Gerais foi desativado e vendido para ser transformado em sucata, João Cândido, informado do fato pelos jornais, embarcou num caíque e foi até o Minas Gerais. O caíque, para quem não sabe, é uma pequena embarcação de pesca, muito usada pelos pescadores da Guanabara - principalmente nesta época, semelhante ao caiaque, mas com a parte superior aberta. Na noite escura e silenciosa, o velho marujo foi até o navio e beijou com lágrimas saudosas o casco do navio com o qual havia feito História e defendido o direito a dignidade de todo um povo.

Em 1959, o jornalista cearense radicado no Rio, Edmar Morel, que escreveu a biografia de Francisco José do Nascimento, ele publicou também um livro célebre chamado "A Revolta da Chibata", que primeira obra a enfatizar o heroísmo de João Cândido, baseado numa entrevista que realizou com o marinheiro em Meriti. Esse livro instituiu o nome pelo qual a revolta passou para a História - foi esse livro que deu esse nome revolta da chibata para este evento. Antes dessa data, o episódio era conhecido apenas como "a Revolta dos Marinheiros". O jornalista Edmar Morel havia vindo ainda jovem de Fortaleza para o Rio, sob a proteção do jornalista Maurício de Lacerda - só a nível de curiosidade que é o pai do político carioca que a gente sempre cita

aqui no TC, Carlos Lacerda -, e ele trabalhou no Jornal do Brasil e na lendária revista O Cruzeiro.

Acredito que você já ouviu falar do O Cruzeiro né Francisco

Francisco Seixas

Sim, sim, eu cheguei a pegar a revista O Cruzeiro em minhas mãos quando moleque.

Jorge Virgílio

Para quem não conhece, acho que talvez foi a maior revista que já existiu no Brasil néh?

Francisco Seixas

A maior em termo de popularidade e a maior em termos de tamanho, por que era um revistão - do tamanho de um jornal.

Jorge Virgílio

Acho que depois do O Cruzeiro não teve mais nenhuma que superou ela.

Francisco Seixas

Não, não tenho memória a respeito disso. O Cruzeiro era O Cruzeiro...

O Edmar Morel também funcionário do Departamento de Propaganda do Estado Novo, e durante a Ditadura Militar, acabou perdendo os seus direitos políticos, em particular pela sua defesa de João Cândido. O livro "A Revolta da Chibata" passou a ser perseguido pelos militares a partir de 1964 como "literatura subversiva". Segundo o neto de Edmar Morel, o professor de história da UERJ Marco Morel, até mencionar a obra poderia levá-lo para uma visita ao DOPS. Nas palavras do prof. Marco Morel:

"Não pôde mais sobreviver da profissão de repórter, resultado da perseguição de oficiais da Marinha e seus aliados, da censura e autocensura nos grandes veículos de comunicação, embora ele tenha continuado a publicar artigos e livros e atuado como assessor sem vínculo empregatício."

Então quer dizer, o avô dele acabou sendo marginalizado por ter defendido o João Cândido que é uma pessoa não grata das forças armadas brasileiras, em particular da marinha.

01:28:53

Ainda em 1959, ano de publicação do livro "A Revolta da Chibata", João Cândido voltou ao Rio Grande do Sul para ser homenageado pelo então governador do Estado, Leonel Brizola, mas a cerimônia foi suspensa por interferência da Marinha do Brasil e do governo federal, na época comandado por Juscelino Kubitschek.

Em 29 de março de 1968, um dia depois do protesto que acabou na morte do estudante secundarista Edson Souto, no Rio de Janeiro, e provocou a marcha dos 100 mil, João Cândido foi levado secretamente de São João de Meriti até o Museu da Imagem e do Som do Rio (MIS-Rio), criado por Carlos Lacerda em 1965, onde gravou um depoimento secreto sobre os eventos da Revolta da Chibata. Um dos objetivos do MIS-Rio era produzir documentos sobre a história

contemporânea do Brasil e por isso eles tiveram este interesse em registrar um depoimento pessoal de João Cândido para a posteridade. Na entrevista ao historiador Hélio Silva, arquivada até o fim da ditadura, João Cândido declarou - várias coisas, sobre a vida dele, sobre a revolta -, entre outras coisas, ele disse que ele manteve sua amizade com Plínio Salgado e que ele tinha orgulho de ser integralista - quando mais jovem o João Cândido se filiou ao integralismo e ele manteve esta posição depois de velho. Sobre a dificuldade técnica de manobrar aqueles grandes encouraçados no espaço limitado da Guanabara, o João Cândido ele sentia muito orgulhoso disso e fez questão de frisar na entrevista que: “Muitos oficiais não conseguiam dominar o Minas Gerais e eu tive o sobejo poder de fazer o que eles jamais fariam na Baía do Rio de Janeiro.” Segundo João Cândido, ele teria aceitado ser o líder dos amotinados para assegurar que a “gloriosa cidade do Rio” não fosse atacada de qualquer maneira. Nas suas próprias palavras:

“Assumi o comando da revolução com as condições tais, de poupar vida, poupar vida porque o Rio de Janeiro pra mim é a minha cidade amada. Cheguei aqui como quinze anos, estou com oitenta e oito anos. Nestes setenta e três anos de idade, quer dizer, de permanência...sou um histórico ‘fio’ da cidade do Rio de Janeiro. Conheço sua vida...vida nova e velha, seus melhoramentos, seus sofrimentos (...) eu conheço(...) conheço a cidade do Rio de Janeiro a fundo(...) e não aceito contestações.”

01:31:27

Alguns historiadores, no entanto, contestam essas afirmações, com base nos disparos de metralhadoras realizados no primeiro dia da revolta contra o centro da cidade e que vitimaram duas crianças. Por que, como teve muitas tentativas de desmoralizar o João Cândido, a própria imprensa carioca e seus setores mais conservadores tentavam vender ele como uma espécie de inimigo da cidade. Eles falam: Vocês estão transformando em herói um cara que em princípio iria atirar com canhões contra a gente.

Francisco Seixas

“O cara era um bandido néh”.

Jorge Virgílio

Éh, ia destruir a cidade. Bom se ele tivesse realmente usado os canhões do Minas Gerais e do São Paulo contra o centro do Rio - Bom a cidade não ia acabar, mais ia destruir grande parte do patrimônio da cidade.

01:32:10

Segundo esses historiadores, em 1910, João Cândido estava no Rio há pouco mais de 10 anos e, portanto ainda não era um “histórico filho” da cidade - Apesar de que na minha opinião, 10 anos é bastante tempo néh, você viver dez anos em uma cidade você já tem uma ligação com a cidade. Outros historiadores, que defendem a sua imagem mais heroica, alegam que nas primeiras horas da revolta ele talvez não tivesse controle o suficiente sobre os revoltosos para impedir excessos ou disparos acidentais. O principal historiador a contestar o mito de herói criado entorno do marinheiro é o vice-almirante reformado Hélio Leôncio Martins. O vice-almirante publicou, em 1988,

o livro “A Revolta dos Marinheiros de 1910”, no qual lamenta e critica a violência dos marujos contra os oficiais, questiona o papel de líder de João Cândido e refuta a fama de “heróis” dada aos revoltosos.

Francisco Seixas

Mas olha só, o João Cândido tinha 88 anos quando concedeu esse depoimento ao Museu de Imagem e Som do Rio o MIS-Rio e veio a falecer no ano seguinte, aos 89 anos, em seis de dezembro de 1969, no Hospital Getúlio Vargas, na capital carioca.

Epílogo

01:33:23

Em 1975, a história de João Cândido virou música nas mãos do mineiro João Bosco e do carioca Aldir Blanc. A música se chama “O Mestre-Sala dos Mares”. A letra original, no entanto, precisou ser modificada por imposição da censura. A expressão “almirante negro” teve de ser substituída por “navegante negro”. A letra começa com os seguintes versos: “Há muito tempo nas águas da Guanabara/ O Dragão do Mar reapareceu”. Uma referência, claro, ligando João Cândido a Francisco José do Nascimento, o Chico da Matilde.

Segundo Aldir Blanc: “Tivemos diversos problemas com a censura. [...] Ouvimos ameaças veladas de que o CENIMAR (Centro de Informações da Marinha) não toleraria reverência a um marinheiro que quebrou a hierarquia e matou oficiais. Fomos várias vezes censurados, apesar das mudanças que fazíamos, tentando não mutilar o que considerávamos as ideias principais.” Segundo Aldir, o que mais lhe chocou foi quando um censor afirmou que o “problema” era “essa tal história de negro, negro, negro. [...] Não há almirante negro no Brasil.”

Em outubro de 2005, o deputado Elimar Máximo Damasceno (PRONA/SP) apresentou o projeto de lei n. 5874/05, que pretendia colocar o nome de João Cândido no “Livro dos Heróis da Pátria”, que se encontra no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, na Praça dos Três Poderes, em Brasília. Esse projeto acabou arquivado porque, pela lei brasileira, somente podem ser inscritas como Heróis da Pátria pessoas que já faleceram há mais de 50 anos. Nesse caso, João Cândido, morto em 1969, só poderá ser inscrito no livro a partir de 2019.

Em Setembro de 2006, faleceu, aos 82 anos de idade, Zeelândia Cândido de Andrade, filha mais nova de João Cândido, que dedicou a vida a obter a reintegração do nome de seu pai à Marinha.

01:35:37

Em 22 de Novembro de 2007, foi inaugurada uma estátua em homenagem ao “Almirante Negro”, nos jardins do Museu da República, no Palácio do Catete, um dos alvos da revolta. A estátua, de corpo inteiro, de João Cândido com o leme em suas mãos, foi afixada de frente para o mar e de costas para o antigo palácio do governo brasileiro, por haver traído a própria palavra quebrando a anistia aos marinheiros rebeldes. A estátua nessa posição acabou incomodando alguns setores do governo, e em 20 de Novembro de 2008, no

Dia da Consciência Negra, a estátua foi transferida dos jardins do Catete para a Praça XV, no centro do Rio, num evento que contou com a presença do ex-Presidente, Luís Inácio Lula da Silva, a família de João Cândido e dezenas de outras pessoas. A Marinha do Brasil não enviou qualquer representante, alegando não poder comemorar a memória de João Cândido, pois a corporação preza pela disciplina e pela hierarquia.

Jorge Virgílio

Eu quero só fazer um comentário sobre isso Francisco por que eu acho hipocrisia da marinha falar isso, porque nós temos revoltosos como Siqueira Campos, Eduardo Gomes, que também se rebelaram contra a hierarquia, mas que eram brancos, e que viraram nome de praça de aeroporto, o Eduardo Gomes virou patrono da marinha. Mas como eram oficiais então OK...

Francisco Seixas

Pois é cara, mas acho que tu tá chovendo no molhado, mas em todo caso eu te entendo.

Mas, vá adiante.

01:37:11

Jorge Virgílio

Em 24 de julho de 2008, 39 anos depois da morte de João Cândido Felisberto, foi publicado no Diário Oficial da União a Lei Nº 11.756 que concedeu anistia ao líder da Revolta da Chibata e a seus companheiros. Em 2008, a Marinha liberou documentos referentes a João Cândido, após pedido feito por um grupo de historiadores da UERJ, liderados pelo prof. Marco Morel, para um projeto da Fundação Banco do Brasil. No dia 7 de Maio de 2010, a Transpetro, a pedido do presidente da República, batizou com o nome de "João Cândido" o primeiro navio do Promef (Programa de Modernização e Expansão da Frota), construído em Pernambuco.

Muitos de seus descendentes ainda residem em São João de Meriti, no Rio. Até pouco tempos atrás, havia um projeto de construir na cidade um museu batizado de "Museu Marinheiro João Cândido", mas o projeto foi abandonado por tempo indeterminado, apesar das obras já terem sido iniciadas. Como dizem nós meritienses dizemos lá em São João, "o museu foi a pique!"

Francisco Seixas

Exatamente.

E aqui termina o episódio sobre esses dois brasileiros: Francisco José do Nascimento, o "**Chico da Matilde**" e João Cândido Felisberto ou simplesmente **João Cândido, Os Dragões do Mar!**

01:36:36

E agora a gente vai para o nosso bloco de Jabá e eu vou pedir para que o Jorge faça seu jabá.

Jorge Virgílio

Bom o meu jabá é como sempre muito simples, só para lembrar o pessoa mais uma vez de nos enviar e-mails. A gente gosta de receber este contato porque isto dá para gente uma noção do que o pessoa está achando dos programas, dos temas que a gente está abordando. Então compartilhe suas opiniões, se está gostando do episódio, se tiver alguma crítica também pode ficar a vontade. E, bom, basicamente é isso.

Francisco Seixas

Exatamente!

A gente quer aproveitar esta oportunidade para falar o seguinte: A gente tinha substituído a leitura de e-mails e comentários anexados aos episódios e passamos a fazer essas leituras através de hangout. E para nossa surpresa, este modelo de hangout não foi muito bem recebido pelos nossos ouvintes - não é mesmo Jorge?

Jorge Virgílio

Exatamente!

Francisco Seixas

Pois é, então a gente vai provavelmente parar com o hangout e a gente vai optar entre retomar o modelo antigo, onde a gente anexava aos episódios a leitura de e-mails. Ou então a gente vai fazer episódios especiais com leitura de e-mails e comentários.

Mas só deixando claro para nossos ouvintes que este projeto de hangout não deu muito certo e portanto a gente vai ter que tomar uma decisão, ou a gente volta para o anterior ou a gente faz episódios especiais com leitura de e-mails e comentários.

Então aqui a gente termina este episódio do TC. Eu quero deixar um grande abraço para o Jorge e para todos os nossos ouvintes que nos toleram aí a cada 15 dias.

Um grande abraço a todos. Bye bye. Até mais

Jorge Virgílio

Obrigado Francisco, até breve pessoal. Abraço.